

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DOS PROJETOS APRESENTADOS PELAS ESCOLAS PARTICIPANTES DA IV CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE

ENVIRONMENTAL EDUCATION: ANALYSIS OF THE PROJECTS PRESENTED BY THE SCHOOLS PARTICIPATING IN THE IV NATIONAL CONFERENCE ON CHILDREN AND YOUTH FOR THE ENVIRONMENT

Solange Reiguel Vieira¹
Alexandre Luiz Korte de Azevedo²
Chaara Lipszyc Buss³
Marília Andrade Torales Campos⁴

RESUMO

O artigo apresenta reflexões que visam contribuir ao campo da educação ambiental a partir da análise do perfil das escolas participantes da IV Conferência Nacional Infantojuvenil do Meio Ambiente (IV CNIJMA), realizada pelo governo federal no ano de 2013. Para isto, realizou-se uma revisão documental sobre os dados do perfil das escolas e das comunidades envolvidas na IV CNIJMA e a análise qualitativa dos projetos disponibilizados na página do Ministério da Educação (MEC). Com base nesta revisão, e a partir dos dados disponíveis nos documentos e relatórios foi possível visualizar o processo de desenvolvimento da IV CNIJMA e compreender as características dos projetos socioambientais apresentados pelas escolas e suas comunidades. A decisão por analisar a quarta edição das CNIJMA se justifica pelo fato de que esta foi a edição que recebeu o maior número de inscrição de projetos. Os resultados representam expressões quantitativas do que foi a IV CNIJMA e permitem compreender o perfil e discutir as características dos projetos que foram apresentados.

Palavras-chave: Projetos socioambientais. Política pública. Escolas sustentáveis. Protagonismo juvenil.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: solgeografia@gmail.com

2 Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: alx.biotO@gmail.com

3 Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: chaara.buss@gmail.com

4 Doutora em Educação Ambiental pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. E-mail: mariliat.ufpr@gmail.com

ABSTRACT

The article presents reflections that aim to contribute to the field of environmental education based on an analysis of the profile of the schools participating in the Fourth National Children and Youth Conference of the Environment (IV CNIJMA), held by the federal government in the year 2013. For this, a documentary review on the profiles of the schools and communities involved in the IV CNIJMA and the qualitative analysis of the projects available on the Ministry of Education website. Based on this review, and based on the data available in the documents and reports, it was possible to visualize the process of development of the IV CNIJMA and to understand the characteristics of the socio-environmental projects presented by schools and their communities. The decision to analyze the fourth edition of the CNIJMA is justified by the fact that this was the edition that received the highest number of projects registration. The results represent quantitative expressions of what was the IV CNIJMA and allow to understand the profile and discuss the characteristics of the projects that were presented.

Keywords: Socioenvironmental projects. Public policy. Sustainable schools. Juvenile protagonism.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é um processo de transformação social, de mentalidades e atitudes (LEFF, 2012), por isso, exige capacidade de crítica social em relação aos complexos problemas ambientais, para buscar formas de atuação e produção do conhecimento em qualquer contexto social. De acordo com Morelos-Ochoa (2012), diante da complexidade e globalidade das questões ambientais, a temática se faz cada vez mais necessária e urgente, exigindo a proposição de ações imediatas e da construção de políticas públicas mais coerentes com a abordagem do tema.

Nesse sentido, a Educação Ambiental se insere nas políticas públicas brasileiras de maneira geral e também, no âmbito da educação. Um exemplo concreto, foi o lançamento da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) no ano de 2003. A iniciativa foi coordenada pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente e teve o seguinte lema: "Vamos Cuidar do Brasil". Essa ação política, é exemplo do processo de dinamização das propostas institucionais e teve a intenção de construir um processo permanente de Educação Ambiental a partir de uma perspectiva crítica, popular e emancipatória (SORRENTINO *et al.*, 2005). A conferência se

diferenciou pelo caráter político da questão ambiental, na promoção do protagonismo infantojuvenil e pela participação comunitária no processo de construção coletiva de projetos.

Guiada pelo objetivo de promover a participação social nos processos de melhoria da relação ensino-aprendizagem, com práticas socioambientais e de integração entre escola e comunidade, a IV CNIJMA propôs, no ano de 2013, em escala nacional, a socialização de projetos e oficinas temáticas, por entender que mudanças positivas no cenário ambiental do país poderiam surgir a partir da implementação de um favorecimento de vivências de cidadania ambiental nas escolas e em suas comunidades. Esta ação teve por objetivo potencializar e dar visibilidade a práticas de Educação Ambiental voltadas à sustentabilidade em escolas de Ensino Médio e Fundamental.

Seguindo a metodologia definida pela comissão organizadora, as escolas participantes inscreveram seus projetos seguindo os princípios da conferência, ou seja, elaboraram projetos coletivos de maneira participativa e com a intenção de promover práticas sustentáveis de Educação Ambiental nas escolas e em seu entorno para transformar o ambiente escolar e favorecer a abordagem das questões ambientais.

Na estrutura da IV CNIJMA, além da proposição de um lema, o qual citamos anteriormente, também foram apontadas quatro temáticas concretas nas quais os projetos deveriam se integrar. Esses quatro subtemas eram: Ar, Terra, Fogo e Água nas escolas sustentáveis. Portanto, os quatro elementos da natureza foram tomados como eixos de agregação dos projetos de acordo com o definido pelas comunidades escolares.

Para a seleção e organização dos projetos, foram seguidas diversas etapas. Na medida em que essas etapas se cumpriam, foram utilizados critérios específicos para a seleção das propostas nos municípios e nos estados participantes. Para aprovação dos projetos foram considerados os seguintes critérios: viabilidade, consistência, clareza, coerência do tema com a proposta da conferência e recorrência do subtema.

Nas etapas de seleção, primeiramente, os projetos foram submetidos a um processo de discussão e aprovação interna nas escolas. Depois de realizar a conferência na escola e registrar os projetos no sistema disponibilizado pelo Ministério da Educação

(MEC), as unidades escolares tornavam-se aptas a participar das etapas local/regional, estadual e nacional da conferência, conforme regulamento.

A IV CNIJMA, em relação às edições anteriores, houve um aumento expressivo de escolas participantes, sendo esta a maior conferência realizada. Porém, pouco se sabe a respeito de como estes projetos foram implementados, uma vez que muitas escolas não realizaram o registro ou a avaliação da experiência para demonstrar seus resultados e dizer quais as condições que as escolas têm para a abordagem de temas de cunho socioambiental.

Tendo em vista este cenário, este trabalho analisa os resultados apresentados nos documentos disponibilizados pelo MEC com o objetivo central de compreender o perfil das escolas brasileiras participantes da IV CNIJMA e de seus projetos no campo da Educação Ambiental. Para isto, foram extraídos os dados quantitativos e para traçar um perfil das escolas e dos participantes nesta edição da CNIJMA.

AS CONFERÊNCIAS INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE (CNIJMA_s)

As CNIJMA_s constituíram-se em um processo político e pedagógico articulado com a intenção de estimular e promover a participação de estudantes, professores e comunidade escolar em torno da elaboração e execução de projetos de Educação Ambiental. Em sua base, transparece na proposta uma valorização de processos comunitários que permitam aos envolvidos refletir, dialogar, pesquisar sobre as questões socioambientais e buscar formas concretas de atuação no contexto em que estão inseridos.

A conferência que foi analisada é direcionada ao público infantojuvenil e teve o intuito de desenvolver o protagonismo das crianças e jovens, com base nos seguintes princípios: (1) *jovem educa jovem* – relevância de se formar sujeitos sociais atuantes; (2) *jovem escolhe jovem* – importância e responsabilidade na tomada de decisão; e (3) *uma geração aprende com a outra* – diálogo necessário e fundamental entre as gerações.

A metodologia proposta para o alcance dos objetivos descritos anteriormente se estruturou com base a uma sequência de etapas que visavam discutir e avaliar cada uma das proposições de projetos. A primeira destas etapas consistiu na realização da conferência na

escola, com a elaboração coletiva de um projeto de ação (executado ou a ser colocado em prática após o evento); divulgação do projeto à comunidade e outras escolas; escolha dos representantes (delegados/as e suplentes - estudantes dos anos finais do ensino fundamental com idade entre 11 a 14 anos no período da conferência). Quanto aos representantes, valeria destacar que o perfil desejado era de pessoas que gostassem de participar de debates sobre o meio ambiente, que se comunicassem bem e que tivessem participado de maneira significativa no processo da conferência para levar adiante as ideias acordadas entre todos, nas etapas municipal ou regional, estadual e nacional (BRASIL, 2012).

Por se caracterizar como um espaço de participação comunitária, as CNIJMA representam uma ação política importante no desenvolvimento das práticas de Educação Ambiental e na concretização de orientações advindas das políticas públicas balizadoras do campo. Os dados demonstram que este processo representou um movimento intenso de mobilização das comunidades escolares em torno à temática ambiental, oportunizando espaços de reflexão e ação coletivas. A Tabela 1 apresenta um resumo das quatro edições da conferência nacional e uma internacional, realizadas de 2003 a 2013.

Tabela 1 - Resumo das edições da CNIJMA

Ano	Edição	Tema	Total escolas	Total municípios	Total pessoas	Resultados/propostas
2003	I CNIJMA	Vamos Cuidar do Brasil	15.452	3.461	5.658.877	Carta Jovens Cuidando do Brasil. Criação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente (CJs).
2005/2006	II CNIJMA	Vamos Cuidar do Brasil Vivendo a Diversidade Nas Escolas	11.475	2.865	3.801.055	Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil, criação e fortalecimento de COM-VIDAS.
2008/2009	III CNIJMA	Mudanças Ambientais Globais	11.631	2.828	3.700.000	Materiais de educação e elaboração da Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais.
2010	CONFINT	Vamos Cuidar do Planeta	87.258	47 países	13.000.000	Carta das Responsabilidades - Vamos Cuidar do Planeta.
2013	IV CNIJMA	Vamos Cuidar do Brasil Com Escolas Sustentáveis	16.538	3.519	5.193.881	Ação estratégica para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
2017/2018	V CNIJMA	Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas informações contidas no site da conferência⁵ (BRASIL, 2017).

Cabe destacar que a criação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente (CJs), caracterizados por serem coletivos informais e autônomos, compostos por jovens lideranças de 18 a 25 anos, foi

5 <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/>

fundamental para o protagonismo juvenil no processo de Educação Ambiental no contexto escolar. Os CJs fizeram parte da comissão organizadora da conferência nos estados e também estavam articulados na Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA), ainda que com uma participação reduzida.

Os resultados das três primeiras edições da CNIJMA, motivaram a iniciativa brasileira de realizar a Conferência Internacional Infante-Juvenil (CONFINT) em 2010, com o tema “Vamos Cuidar do Planeta”. Participaram 62 países membros das Nações Unidas que se dispuseram a desenvolver processos locais de conferências nas escolas e conferências nacionais, sendo que 47 desses países participaram da etapa final realizada no Brasil, representados por 323 delegados. Como resultados do evento, os estudantes escreveram a “Carta das Responsabilidades - Vamos Cuidar do Planeta”, que foi enviada ao Secretário Geral das Nações Unidas e aos seus ministros de Educação e de Meio Ambiente (BRASIL, 2017).

A IV CNIJMA, teve como eixos de atuação as dimensões *currículo, gestão e espaços físico*, em conformidade com as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental publicadas em 2012. Esses conceitos base foram assim considerados: (1) Currículo - incluir a educação ambiental no projeto político pedagógico de forma integrada, transversal e interdisciplinar; (2) Gestão democrática - incentivar o protagonismo Infantejuvenil na escola e na comunidade, apoiando a formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola (COM Vida), colegiado permanente formado por estudantes, professores(as), dirigentes, funcionários e comunidade escolar; (3) Espaço Físico: realizar adequações de acordo com premissas da sustentabilidade socioambiental nas escolas (BRASIL, 2017).

Nessa quarta edição, entendemos que a proposta esteve voltada a fomentar reflexões e estimular, por meio da formulação de projetos escolares, a proposição de possíveis contribuições a serem integradas nas políticas públicas e também, promover o desenvolvimento de espaços educadores sustentáveis nas escolas, definidos por Trajber e Sato (2010, p. 73) como “aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental”.

Como perspectiva futura, é importante considerar que a V CNIJMA, prevista para 2017/2018, tem como tema “Vamos Cuidar do

Brasil Cuidando das Águas”, em consonância com a implementação da Lei das Águas, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e com o 8º Fórum Mundial da Água. Essa edição traz a dimensão social e política sobre a questão da Água para os estudos e diálogos realizados nas escolas e comunidades com a proposta de perceber a água em suas múltiplas dimensões para melhorar práticas cotidianas individuais e coletivas (BRASIL, 2017).

Nesse viés, um conjunto de instrumentos de políticas públicas foram criados para estimular a constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis. No âmbito nacional temos: o Decreto n.º 7.083/2010, referente ao Programa Federal Mais Educação, a Resolução CNE/CP n.º 02/2012 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a Resolução n.º 18/2013 do Programa Dinheiro Direto na Escola Sustentável e a proposta do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis – PNES/2014. E no âmbito do estado do Paraná: a Lei n.º 17.505/2013 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná e Deliberação CEE/CP n.º 04/2013 que estabelece as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

As questões ambientais têm ganhado crescente importância no cotidiano da sociedade devido a diferentes práticas que mazecam nosso meio ambiente e fazem a qualidade de vida de toda a biosfera regredir (MEDEIROS *et al.*, 2011), criando a necessidade de estimular movimentos sociais e ambientais que coloquem em prática projetos de conscientização, alertando a sociedade sobre situações e práticas destrutivas, que variam desde a má utilização de recursos até a destruição de habitats e ecossistemas (CARVALHO *apud* CUBA, 2010). A Educação Ambiental surge nesta dinâmica de contracultura, em resposta a necessidade de mudar o rumo dos acontecimentos e desdobramentos da ação humana sobre o meio ambiente, constituindo-se em um movimento social que necessita ser trabalhado em todas as instâncias da sociedade (MEDEIROS *et al.*, 2011).

De acordo com Silva (2010, p. 58), a Educação Ambiental como parte das políticas públicas, traz um duplo desafio “[...] estabelecer um conjunto de ações cidadãs que articulem esta educação, ao escopo mais amplo das políticas públicas e recuperar a noção de

sustentabilidade como vetor de ação sócio-política". Partindo dessa premissa, considera-se que a Educação Ambiental se constitui em um instrumento de luta política por meio do processo educativo. Sua ação visa a construção da identidade coletiva da sociedade, portanto, pressupõe a construção de uma identidade política (SAUVÉ, 2009).

Nesta tessitura, a Educação Ambiental pode ser tratada, no contexto escolar, como um processo no qual o educando, a partir de um processo que estimula o pensamento crítico, toma consciência de sua realidade e problematiza sua ação e seu papel neste contexto. Mais específica, insere-se em um processo no qual deixa de ser um sujeito passivo e passa a ser um sujeito atuante, transformando o ambiente ao seu redor (MEDEIROS *et al.*, 2011). Além disto, a Educação Ambiental é uma importante ferramenta para a construção de novos conceitos e práticas, bem como se constitui em uma ferramenta para a construção de ações coletivas e participativas.

A partir dos anos 1990, o Brasil iniciou um grande esforço para implementação e fortalecimento da Educação Ambiental no cenário nacional. Neste momento, com a implantação de diretrizes e políticas públicas que visavam a promoção de mudanças na realidade ambiental do país, foi possível identificar uma série de avanços. Em 2005, como forma de avaliar estes resultados, o MEC realizou uma pesquisa intitulada: "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?". A partir dos resultados, cruzados com os dados dos censos escolares de 2001 e 2004 para checar a distribuição das ações de Educação Ambiental nas escolas brasileiras, foi possível concluir que 94% do universo escolar oferecia alguma ação de Educação Ambiental em suas propostas formativas.

Os dados apresentados permitem pensar que a situação da Educação Ambiental no Brasil poderia ser considerada, em certa medida, satisfatória, visto que, há mais de uma década, já havia uma ampla distribuição de práticas de Educação Ambiental nas escolas brasileiras. Contudo, Brandalise *et al.*, em 2009, publicou os resultados de uma pesquisa realizada com alunos universitários visando checar o grau de percepção que estes demonstravam em relação a Educação Ambiental. Este trabalho demonstra que, ao analisar a visão dos participantes da pesquisa, se percebe que a Educação Ambiental nas escolas brasileiras carece de avanços e melhoramentos, visto que não está alcançando em totalidade seus objetivos, pois os alunos, ao saírem das escolas, não levam as vivências e conhecimentos que lhes

é apresentado para o ambiente externo ou para continuidade de seus estudos, como no caso destes universitários.

Este e outros estudos, demonstram a necessidade de avaliar as perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas nas ações socioambientais efetuadas nas escolas públicas brasileiras visando criar uma discussão mais profunda acerca da realidade pedagógica nas escolas. É preciso aprofundar os conhecimentos em relação a realidades das comunidades escolares levando em consideração uma multiplicidade de fatores, que vão desde o perfil dos professores e estudantes, as condições objetivas para o desenvolvimento das projetos político-pedagógicos, as expectativas das comunidades, etc.

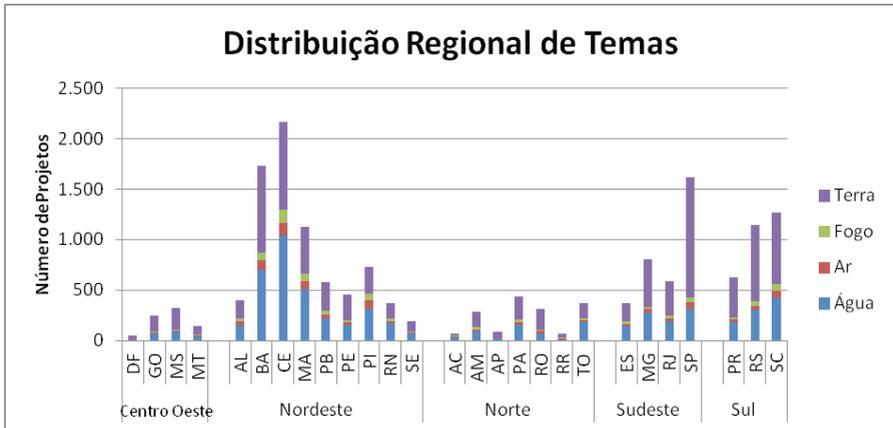
IV CNIJMA – Ao OLHAR OS DADOS DESSA EXPERIÊNCIA, O CONSEGUIMOS APRENDER?

Esta pesquisa teve como principal fonte de coleta de dados a análise dos documentos disponibilizados no endereço eletrônico do Ministério da Educação. Estes documentos orientativos e relatórios constituíram a base de dados da pesquisa. Além da análise dos documentos, foram analisados os projetos disponibilizados para download na página no MEC. No entanto, devido à grande quantidade de projetos, tratamos de considerar apenas uma amostragem de 10% por região. Estas informações foram organizadas em tabelas e gráficos para permitir melhor visualização e facilitar a análise dos dados. A base de dados completa, foi subdivida por critério de regionalidade, ou seja, os dados foram classificados por região de origem/unidade federativa de onde o projeto havia sido registrado. A partir desta dinâmica, a análise dos dados ocorreu de forma quantitativa e qualitativa, com base em fundamentos teóricos que sustentam o campo metodológico, e no cruzamento, aprofundamento e discussão dos dados com base nas referências que balizam o debate sobre a Educação Ambiental.

No primeiro ponto desta análise tratamos de focar a distribuição dos projetos por subtemas (terra, fogo, água e ar) e por região (Gráfico 1). Os dados apontam a predominância do tema "Terra na Escola Sustentável" seguido pelo tema "Água na Escola Sustentável" em quase todas as regiões. No entanto, na região Nordeste há um pareamento entre os temas "Água" e "Terra", denotando que nesta região as questões da temática "Água" foram mais destacadas. Os participantes as percebem e trazem para as

escolas discussões pertinentes à realidade socioambiental que os cerca, neste caso, para esta região que enfrenta tantos problemas com a falta de água, este é um tema bastante sensível e presente no imaginário social.

Gráfico 1 - Distribuição regional dos subtemas

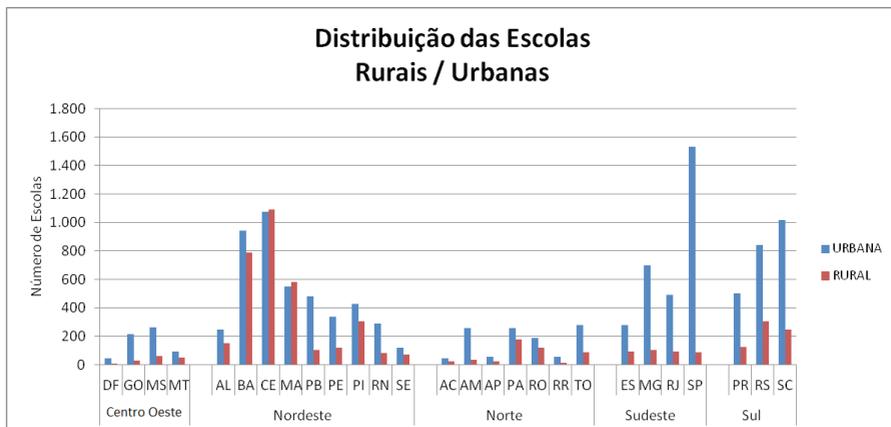


Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

Ao analisar os projetos, percebemos que as comunidades escolares tiveram dúvidas para definir-se por algum dos subtemas. Por exemplo, os temas fogo e ar, tiveram uma incidência muito pequena em relação aos demais temas. Isto nos leva a pensar que a opção pelos quatro elementos da natureza não favoreceu uma distribuição equitativa dos projetos. Mesmo os projetos que se definiram por um dos elementos, pois essa era uma das exigências das normas da conferência, apresentavam características que permitiriam classifica-los em outro elemento, no entanto, não havia uma opção de múltipla escolha. Neste sentido, compreendendo a Educação Ambiental como um processo político e de envolvimento comunitário e social, entendemos que a indução de temáticas pode não ser um bom caminho, ou ser, mais do que um estímulo, um elemento limitador.

Em relação ao contexto das escolas que realizaram as conferências (Gráfico 2, próxima página), os dados demonstram que a participação de escolas urbanas ou rurais seguiu a tendência

Gráfico 2 - Distribuição das escolas rurais e urbanas nas cinco regiões brasileiras



Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

de urbanização de cada estado. De acordo com os dados, apenas o estado do Ceará teve uma maior participação de escolas rurais em relação às escolas urbanas. Essa tendência pode nos indicar que as questões ambientais estão bastante presentes nos centros urbanos, o que denota que a percepção da população sobre o meio ambiente poderia estar se expandindo e transcendendo as características de correntes mais naturalistas, preservacionista ou conservacionistas sobre o tema. No estado de São Paulo os dados chamam a atenção pela expressiva diferença entre o número de escolas rurais e urbanas participantes. O total de escolas urbanas é muito superior ao número de escolas rurais. Este dado nos aguça a pensar quais as questões ambientais tratadas em grandes centros urbanos com altas densidades populacionais e forte processo de industrialização. O que pode nos revelar a análise mais minuciosa destes projetos?

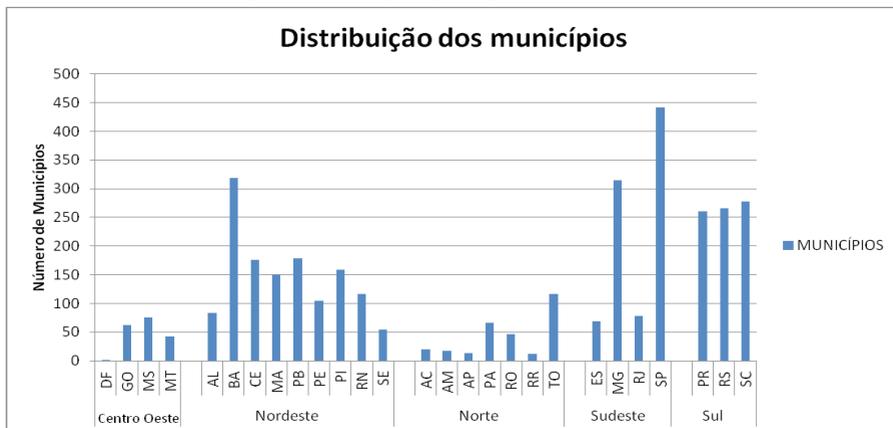
A escola, desde sua concepção, se caracterizou como um espaço de disputa de poder e luta política. Em suas hierarquias, se estabelece na cultura da escola uma dinâmica que condiciona e por vezes, determina a ação pedagógica. Por isso, ao olhar os dados da conferência, nos interessou compreender no perfil das escolas participantes, a sua modalidade de manutenção. Analisamos e organizamos os dados sobre a participação de escolas públicas

e privadas para distinguir a que tipo de instituição correspondem as propostas de projetos.

Em relação às escolas públicas, que tiveram uma participação bastante mais expressiva do que as escolas da rede privada, consideramos indistintamente as três esferas de administração, ou seja, consideramos o conjunto das escolas municipais, estaduais e federais. Estes dados serão mais aprofundados na segunda fase da pesquisa, pois há uma variação expressiva entre escolas estaduais e municipais dependendo das regiões do país e dos estados da federação. Entretanto, é possível já perceber que há um número significativo de participação das escolas da rede municipal na região nordeste, uma participação maior da rede estadual de ensino na região sudeste e um equilíbrio nas região centro-oeste, norte e sul do país.

Neste sentido, acredita-se que o trabalho desenvolvido pelas comissões organizadoras estaduais e municipais para a divulgação e apoio a realização das conferências nas escolas, pode ter influenciado nos resultados, pois se percebe uma incidência maior em determinadas regiões, independente da concentração populacional ou do número de escolas. Quanto ao número de municípios representados na conferência (Gráfico 3), foi possível identificar uma participação significativa dos estados das regiões nordeste, sudeste e sul.

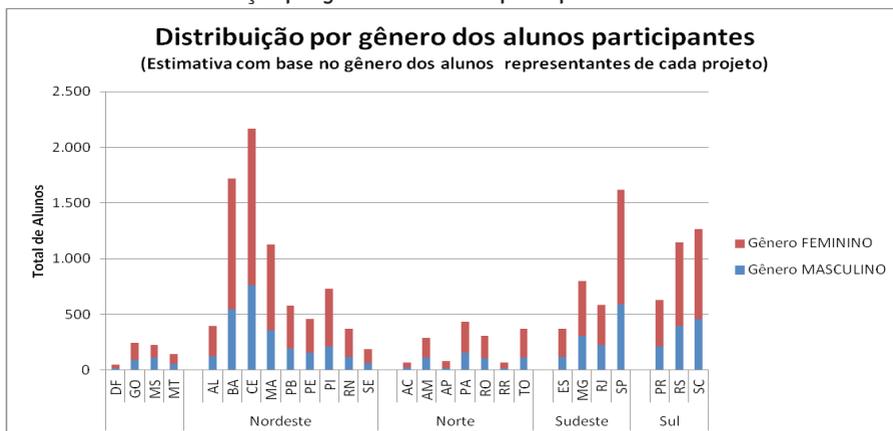
Gráfico 3 - Distribuição dos municípios por regiões



Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

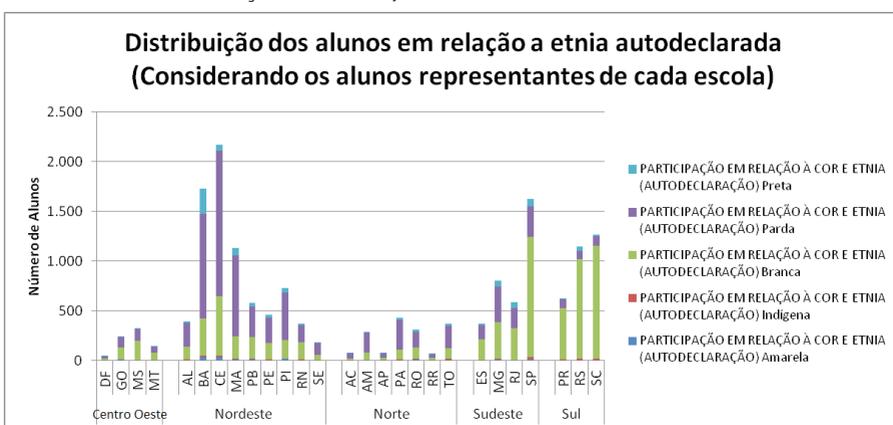
Como parte fundamental do processo, o perfil dos estudantes participantes na IV CNIJMA foi um ponto importante para compreender as características das comunidades escolares participantes. Os dados em relação à etnia autodeclarada e gênero tomam como base os números e as proporções que foram declaradas pelos delegados(as) representantes de cada escola, ou seja, o perfil é traçado a partir das informações fornecidas pelos representantes (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4 - Distribuição por gênero dos alunos participantes



Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

Gráfico 5 - Distribuição dos alunos por etnia autodeclarada

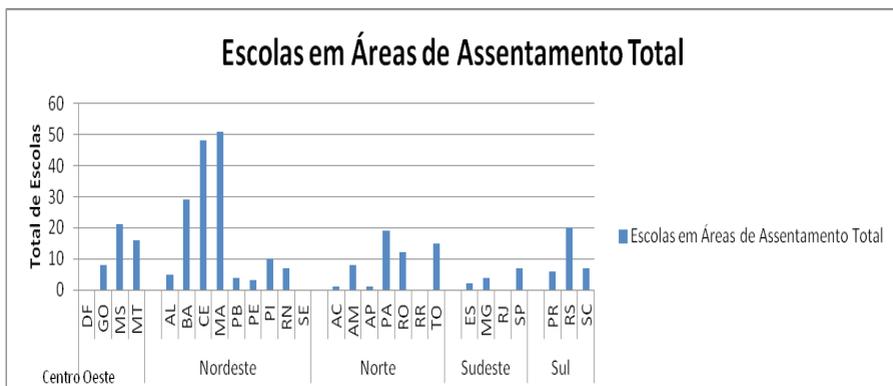


Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

O gráfico 4 apresenta a distribuição dos delegados por gênero (masculino e feminino). Notadamente, se poderia dizer que há uma prevalência média de mulheres mais alta em todos os estados brasileiros. Este dado poderá ser confrontado com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apontar elementos para pensar na inclusão da temática de gênero na formulação de novos projetos de Educação Ambiental, tendo em vista que esta é uma variável social importante e que merece ser debatida nos espaços escolares.

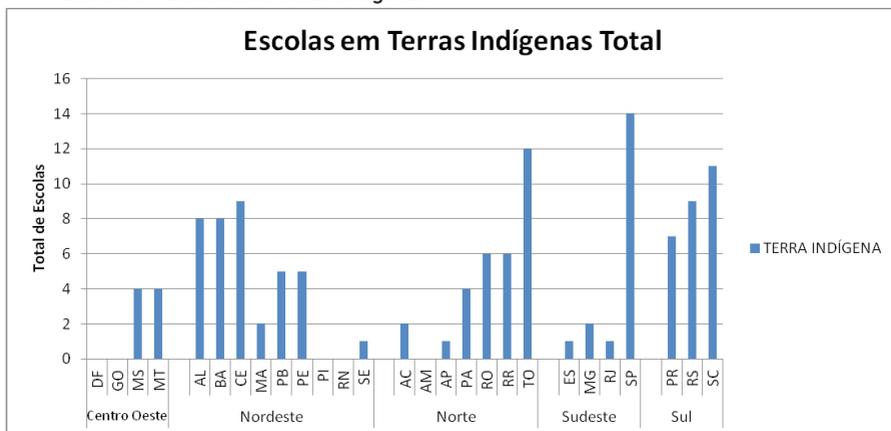
Segundo os dados do IBGE, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016, o número de brasileiros que se declararam brancos foi de 90,9 milhões, enquanto que, o número de pardos autodeclarados cresceu 6,6% e de pretos, 14,9%, chegando a 95,9 milhões e 16,8 milhões respectivamente. Comparando esses dados com os dados observados no gráfico 5, percebemos que nos estados da região sul, sudeste e centro-oeste há uma prevalência de pessoas brancas participando como delegados representantes de escolas. Mesmo considerando as particularidades de cada região, seria importante pensar se, nesta e nas demais conferências, houve uma representativa equitativa de todas as etnias e porque em determinados estados houve maior prevalência de uma ou outra. Este dado está relacionado aos dados apresentados nos Gráficos 6, 7 e 8 (próxima página), pois estes apontam a incidência de projetos identificados em áreas de assentamentos, terras quilombolas e áreas indígenas.

Gráfico 6 – Escolas em Áreas de Assentamento



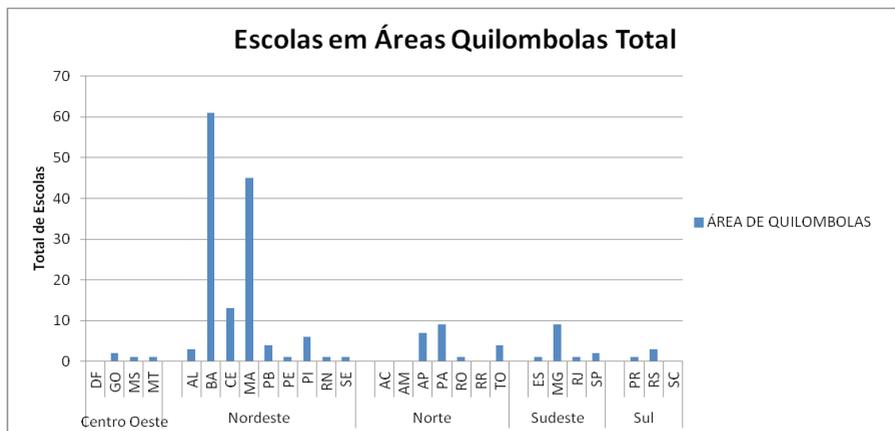
Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

Gráfico 7 - Escolas em terras indígenas



Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

Gráfico 8 - Escolas em áreas quilombolas



Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

O Gráfico 9 apresenta a distribuição do total de envolvidos na conferência, ou seja, o quantitativo de estudantes, gestores e coordenadores, professores e comunidade escolar. Pelo recorte da faixa etária dos representantes das escolas, percebemos que há um maior número de alunos participantes entre o 6º ao 9º Ano do Ensino

Fundamental. Vale ressaltar que para os casos das escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas ou assentamentos rurais que não se ajustam na classificação de Séries/Anos do Ensino Fundamental, a orientação dada por meio das normas da IV CNIJMA foi de que poderiam participar observando o critério de faixa etária (BRASIL, 2012, p. 30).

Gráfico 9 - Distribuição dos participantes da conferência



Fonte: Autores. Elaborado com base nos dados disponíveis no relatório da IV CNIJMA (BRASIL, 2013)

Os dados apresentados contribuem para ressignificar os resultados, juntamente com outras informações para a delimitação do alcance da IV CNIJMA e para a compreensão do perfil das escolas participantes, o que, somados ao perfil dos projetos dessas escolas, nos permitiu compreender um pouco mais sobre a realidade das iniciativas escolares em relação a Educação Ambiental, de forma a refletir e pensar em novos cenários sociais possíveis e nas estratégias a serem implementadas através das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de coleta e análise dos dados, foi preciso realizar um grande esforço para se constituir uma base de dados permitisse pensar os dados a luz de um processo interpretativo da realidade. A dinâmica de elaboração dos projetos escolares de Educação Ambiental e sua submissão a conferência denota uma preocupação em estimular a participação das comunidades no processo de elaboração de suas propostas pedagógicas. Além disso, ao analisar os relatórios e visualizar os projetos que foram propostos pelas escolas, foi possível aprofundar os conhecimentos em relação

a uma experiência concreta e dimensiona-la para além do aparente.

Esta pesquisa, que ainda está em andamento, deverá avançar a análise a partir da finalização da base de dados dos projetos inscritos na IV CNIJMA. Essas informações nos permitiram aprofundar qualitativamente as características dos projetos por regiões, estados e nacionalmente. A partir desta análise inicial e da compreensão do perfil dos participantes no projeto, aprofundaremos a descrição das práticas de Educação Ambiental e suas características e estratégias metodológicas. Nesta segunda fase, serão delimitados os dados que se referem as escolas públicas paranaenses, de modo a conseguir reavaliar a forma como a Educação Ambiental se insere nos currículos escolares.

Os resultados obtidos até o momento, confirmam a relevância da realização das conferências infantojuvenis pelo meio ambiente para o enraizamento da Educação Ambiental nas escolas brasileiras e a transição para escolas sustentáveis. Sendo assim, entende-se que as dimensões gestão, currículo e espaço físico, precisam ser articuladas com a comunidade para promover uma ação social e educativo-ambiental efetiva. Ante essas reflexões e tendo ciência dos desafios encontrados para a implantação das políticas da Educação Ambiental no contexto das políticas públicas, registramos a riqueza do processo de análise de uma experiência concreta como forma de iluminar novos caminhos nas ações de Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

BRANDALISE, Loreni Teresinha; BERTOLINI Geysler Rogis Flor; ROJO, Claudio Antonio; LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas; POSSAMAI, Osmar. A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. *Revista Gestão e Produção*. São Carlos, v. 16, n. 2, p. 273-285, jun, 2009.

BRASIL. *Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação com escolas sustentáveis: escolas sustentáveis*. LOPES, Grácia; MELO, Teresa Melo; BARBOSA, Neusa (orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secadi: Ministério do Meio Ambiente, Saic, 2012.

BRASIL. *Relatório Final da IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente*. [2017]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38511-iv-cnijma-relatorio-final-pdf&category_slug=abril-2016&Itemid=30192. Acesso em: 25 de nov. 2017.

Educação ambiental: análise dos... - Solange Reiguel Vieira et al.

BRASIL. V Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. [2017]. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 de nov. 2017.

CUBA, Marcos Antônio. Educação Ambiental nas escolas. *ECCOM*, v. 1, n. 2, p. 23-31, dez, 2010.

LEFF, Enrique. Campo controversial y en incesante construcción (Entrevista). p.41-49. In: ORTEGA, Miguel Ángel Arias. *La construcción del campo de la educación ambiental: análisis, biografías y futuros posibles*. Guadalajara-Jalisco: Editorial Universitaria, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; COSSÍO, Maurício F. Blanco. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental". In: *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Ministério da Educação, 2007.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de; MENDONÇA, Maria José da Silva Lemes; SOUSA, Glaucia Lourenço de; OLIVEIRA, Itamar Pereira de. A importância da Educação ambiental na Escola nas Séries Iniciais. *Rev. Faculdade Montes Belos*. v. 4, n. 1 set., 2011.

MORELOS-OCHOA, Salvador. Un espacio de construcción pedagógica en los límites (Entrevista). p.41-49. In: ORTEGA, Miguel Ángel Arias. *La construcción del campo de la educación ambiental: análisis, biografías y futuros posibles*. Guadalajara-Jalisco: Editorial Universitaria, 2012.

SAUVÉ, Lucie. Le rapport entre éthique et politique: un enjeu pour l'éducation relative à l'environnement. *Éducation relative à l'environnement*, v. 8, p. 147-162, 2009.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Políticas Públicas e sustentabilidade: desafios para uma abordagem em educação ambiental. *Pensamento & Realidade*. Ano XIII, v. 25. n.1, p. 47-59, 2010.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Educação Ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, Mai./ago., 2005.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*. v. especial, p.70-78, set. 2010.